

SARNEY LIDERÁ DISPUTA NO SENADO

Simon não tem chances. Iris pode surpreender na briga pela presidência.

O PMDB escolherá amanhã o presidente do Senado, entre José Sarney (AP), Iris Rezende (GO) e Pedro Simon (RS). O vencedor terá a responsabilidade de presidir, dentro do Congresso, o processo de reforma constitucional aberto pelo governo na semana passada através da exposição de suas propostas. Predomina no Senado a impressão de que Sarney será eleito, mas a realização de dois turnos de votação na bancada do PMDB anima Iris Rezende.

Ponto comum nos discursos dos três candidatos é a conveniência de levar adiante o processo de reforma constitucional. "O presidente Fernando Henrique está encaminhando bem o processo", elogia Sarney. O ex-presidente tem apenas um receio: que o governo só invista mesmo, com força total, na reforma fiscal para resolver problemas conjunturais. "As mudanças têm que ser estruturais", afirma Sarney. Iris promete fazer com que as emendas constitucionais a serem enviadas pelo

Executivo a partir do dia 15 sejam apreciadas pela ordem de chegada, sem entraves burocráticos criados pelo regimento interno da Casa. Segundo ele, todos sentem que Fernando Henrique necessita de agilidade para pôr em execução o seu plano de governo, que depende das reformas que passam pelo Congresso.

Modernização LIMITES ÀS MPs

Os três candidatos também prometem novos tempos no Senado e no Congresso. "O Congresso ainda está no século XIX, época dos discursos. E pelo menos meio século atrasado em termos de aparelhamento técnico. Então é tarefa urgente modernizá-lo", accentua o senador José Sarney. A modernização de que Sarney fala compreende o reaparelhamento técnico e "uma grande reforma administrativa".

Iris anuncia "uma profunda

reforma" e Simon deverá divulgar hoje uma carta ao Senado propondo uma "revolução moralizante" na Casa. Simon mesmo chama sua plataforma de "plano maluco" e sabe que ela reduz a quase zero suas chances na disputa.

Sarney, Iris e Simon defendem a criação de limites para a edição e a reedição de Medidas Provisórias. Sarney, que editou e reeditou mais de 100 MPs quando presidiu a República, diz que o uso indiscriminado de Medidas Provisórias introduziu a "fujimorização" no Brasil, anulando o Congresso. "O governo legisla em vez de governar e o Congresso não faz nada", observa o senador.

Tanto Sarney quanto Iris e Simon não atribuem culpa apenas ao governo por isso. Dizem que o Congresso também é culpado. "Se o Congresso tivesse uma atuação rápida, o Executivo não precisaria editar tantas MPs. Elas se multiplicam pelo fato de o Congresso ter uma atuação muito tranquila", analisa Iris.